

Dispõe sobre a regulamentação da atividade profissional de psicomotricista e autoriza a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Psicomotricidade.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** Esta Lei regulamenta a profissão de psicomotricista.

**Art. 2º** Poderão intitular-se psicomotricista e exercer sua atividade, sem prejuízo do uso do recurso pelos demais profissionais de saúde de profissões regulamentadas:

- I – os profissionais registrados nos Conselhos Regionais de Psicomotricidade;
- II – os portadores de diploma de curso superior de Psicomotricidade;
- III – os portadores de diploma de curso de pós-graduação nas áreas de saúde ou de educação, desde que possuam, em quaisquer dos casos, especialização em Psicomotricidade, até 48 (quarenta e oito) meses após a promulgação desta Lei;
- IV – aqueles que até a data do início da vigência desta Lei tenham comprovadamente exercido atividade de psicomotricidade;
- V – os portadores de diploma em Psicomotricidade expedido por instituições de ensino superior estrangeiras, revalidado na forma da legislação em vigor.

**Art. 3º** Compete ao psicomotricista:

- I – atuar nas áreas de educação, reeducação e terapia psicomotora, utilizando recursos para a prevenção e o desenvolvimento;
- II – ministrar disciplinas específicas dos cursos de graduação e pós-graduação em Psicomotricidade;
- III - atuar em treinamento institucional e em atividades de ensino e pesquisa;
- IV – participar de planejamento, elaboração, programação, implementação, direção, coordenação, análise, organização, avaliação de atividades clínicas e parecer psicomotor em clínicas de reabilitação ou em serviços de assistência escolar;
- V – prestar auditoria, consultoria e assessoria no campo da psicomotricidade;
- VI – gerenciar projetos de desenvolvimento de produtos e serviços relacionados à psicomotricidade;
- VII – elaborar informes e pareceres técnico-científicos, estudos, trabalhos e pesquisas mercadológicas ou experimentais relativos à psicomotricidade.

**Art. 4º** Fica autorizada a criação do Conselho Federal de Psicomotricidade e dos Conselhos Regionais de Psicomotricidade, dotados de personalidade jurídica de direito privado.

Parágrafo único. Os Conselhos a que se refere o **caput** deste artigo terão como objetivos **precípuos orientar e fiscalizar, em caráter privado, o exercício das atividades de psicomotricidade**, valendo-se, para isso, das normas regulamentadoras previstas no art. 5º desta Lei.

**Art. 5º** A organização, a estrutura e o funcionamento dos Conselhos Federal e Regionais de Psicomotricidade serão disciplinados em seus regimentos, mediante decisão do plenário do Conselho Federal, em cuja composição estejam representados todos os Conselhos Regionais de Psicomotricidade.

Parágrafo único. Ficará a cargo da Sociedade Brasileira de Psicomotricidade a coordenação dos trabalhos de instalação dos Conselhos referidos no **caput** deste artigo.

**Art. 6º** O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicomotricidade, em suas áreas de competência, são autorizados, nos limites estabelecidos em lei, a fixar, a cobrar e a executar as contribuições anuais devidas por pessoas físicas ou jurídicas, bem como os preços de serviços, e a certidão de crédito constituirá título executivo extrajudicial.

**Art. 7º** O controle das atividades financeiras e administrativas dos Conselhos Federal e Regionais de Psicomotricidade será realizado pelos seus órgãos internos, e os Conselhos Regionais deverão prestar contas ao Conselho Federal, e este, aos Conselhos Regionais.

**Art. 8º** Os profissionais da área de psicomotricidade terão 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Lei, para instalar os Conselhos Federal e Regionais de Psicomotricidade, elaborar e registrar seus estatutos e regimentos.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de dezembro de 2018.



Senador Eunício Oliveira  
Presidente do Senado Federal